

Publicado in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Volume XII, Edição Comemorativa da Capital Brasileira da Cultura 2007, Ano de 2007.

CURIOSIDADES SOBRE O TEXTO DE



JOZEPH ALVARES DE OLIVEIRA:

HISTÓRIA DO DISTRITO DO RIO DAS MORTES, SUA DESCRIÇÃO, DESCOBRIMENTO DE SUAS MINAS, CASOS ACONTECIDOS ENTRE PAULISTAS E EMBOABAS E CRIAÇÃO DE SUAS VILAS*

No fundo, o primeiro dever do homem de cultura é o de manter-se alerta para reescrever a cada dia a enciclopédia.

Umberto Eco (*A Força do Falso*, in: *Sobre Literatura*, 2003).

Em boa hora veio a público o memorial de Jozeph Alvares de Oliveira sobre a *História do Distrito do Rio das Mortes (...)*, como parte da obra *Origens Históricas de São João del-Rei*, editada pelo BDMG Cultural e organizada por André G. D. Dangelo. Dissemos em boa hora, pois que sua primeira impressão ficou esquecida nas páginas do *Jornal do Comércio* (1947), segundo o *Códice Costa Matoso* (1999, p.272). Pouco acessível também permaneceu a segunda impressão no volume XLIV da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (1948), onde o comentarista da publicação supunha: o “(...) *manuscrito de Alvares de Oliveira quer me parecer que seja rigorosamente inedito*”. O mesmo comentarista, parágrafos atrás, informava: “*Na íntegra copiamos este documento que certamente é das melhores peças da Brasiliana preciosíssima que Felix Pacheco soube, com tamanho zelo e conhecimento de causa, reunir.*” E pouco adiante completou: “*Dela (monografia) há dois apógrafos na brasiliana de Felix Pacheco, um sumamente prejudicado pelo esmaecimento da tinta e o outro perfeitamente legível.*” Posteriormente, o texto fez parte de *Relatos Sertanistas*, de Affonso d’Escagnolle Taunay, que é o próprio comentarista da edição do IHG de São Paulo.

Em 1999, a Fundação João Pinheiro editou o *Códice Costa Matoso*, sob a coordenação geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos, onde se inserem os dois apógrafos do texto de Alvares de Oliveira, aos quais se referiu Taunay, um deles, incompleto, pois nele não constam o encaminhamento e a introdução.

Agora, com a iniciativa do BDMG Cultural de republicar a *História do distrito do Rio das Mortes (...)*, a referida obra irá

para as escolas, para as bibliotecas públicas e, certamente, tornar-se-á de fácil, necessário e oportuno acesso.

Aproveitamos o ensejo da nova publicação para fazer algumas modestas observações, com a pretensão de que estaríamos contribuindo para o entendimento do texto, o que nos remete para alguns problemas que envolvem as características da narrativa histórica factual.

O autor Jozeph Alvares de Oliveira quis fazer, e fez uma introdução, antes de abordar os assuntos dos quais ele foi testemunha presencial, a chamada Guerra dos Emboabas, escrevendo inicialmente doze parágrafos, oito dos quais podem passar de largo e parece-nos que passaram despercebidos até dos especialistas.

Esses oito parágrafos, que a seguir reproduziremos, encontram-se na *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, volume XLIV, 1948, no qual há algumas pequenas divergências ortográficas com o texto reproduzido em *Origens Históricas de São João del-Rei* que, segundo o organizador, é proveniente de *Relatos Sertanistas*¹. Demos preferência ao texto da Revista do IHG de São Paulo, pois que o imaginamos mais próximo do original. Os apógrafos que aparecem no *Código Costa Matoso*, apesar da proveniência direta dos manuscritos, distanciou-se da fonte, dada a opção editorial dos seus organizadores.²

¹. Quando ressaltamos que há pequenas divergências ortográficas entre o texto publicado na *Revista do IHG de São Paulo* e o texto publicado nas *Origens Históricas de São João del-Rei*, onde constam “(sic)s” e “(?)” ponto de interrogação, entendemos que esses sinais assinalam o zelo de quem transcreveu o manuscrito. Entretanto, como parece-nos que a transcrição foi do tipo *modificada* e não houve explicitação de critérios, nota-se apenas que os responsáveis pelas edições atualizaram a ortografia, apesar das incoerências que nos chamam a atenção. Por exemplo, no comentário do texto do IHG de São Paulo (1948), encontramos a frase: *Voltando ao manuscrito de Alvares de Oliveira quer me parecer que seja inedito*, inedito, sem acento, em plena vigência do *Vocabulário Ortográfico*, de 1943, lembrando que o comentarista era nada mais nada menos do que o acadêmico Affonso d’Escragnole Taunay. Na reprodução do texto de Oliveira encontram-se várias palavras proparoxítonas acentuadas como: *Retórica*, *América*, *história*, *memória*, etc., o que não era a prática do século XVIII. Assim como não era costume o acento grave (sinal de crase) em: *passando à Índia*. Provavelmente no manuscrito deveria estar: *passando á Índia* [a (com acento agudo)].

² A propósito fazemos uma observação a respeito dos *critérios de normalização editorial*, escolhidos pelos organizadores do *Código Costa Matoso*, publicado pela Fundação João Pinheiro. É que a chamada *transcrição crítica*, apesar das abalizadas justificações feitas e dos argumentos de eminentes autoridades do ramo, distancia-se do documento original e, provavelmente, daqui a 300 anos, a linguagem que estará em curso será diferente da de hoje, o que demandará uma nova edição *crítica*. Assim sendo, estaremos, mais ou menos, 600 anos distantes do original, correndo o risco de ter que interpretar as interpretações, que, por mais judiciosas que se fizerem, não devem se arvorar em únicas e absolutas. Preferimos ver o fac-símile, cuja tecnologia de reprodução *fotodigital*, no presente momento (2006 — poderia não ser em 1999), é perfeitamente factível e de baixo custo, acompanhado de uma transcrição paleográfica *fidel*, onde as notas, os comentários, os glossários e o desvendamento das abreviaturas são

O texto

(1) (...) Nome este de Brasil que não deixarão de censurar os reparativos por se preferir o nome de um pau, ainda que preciso, ao do sacrossanto Madeiro da Cruz. Primeiro nome que, o descobrimento da América portuguesa por Pedro Alvares Cabral, quando no ano de 1501 (sic) passando à Índia por cabo de treze naus ao Sul da linha lhe veio uma tormenta tão rija que crescendo por horas ameaçava naufrágios, porque além da chuva ser um dilúvio tal que para afluír a que caía dentro das naus eram estreitos canos os imbornaes; e os trovões eram contínuos e tão rasgados e com tanta repetição de fuzis que a gente se considerava cega e pelo incessante do estrondo aturdida; o mais era que o mar pelo impetuoso do vento se alteava com ondas tão empoladas que se avizinhavam às nuvens e o ar condensado e tenebroso formava tão grossas nuvens que se apropinquavam às ondas.

(2) E assim juntos elementos e cada um de per si se empenhava na submersão daquela armada porque se embraveciam em tanta maneira e com tanta soberba que se faziam intoleráveis e tanto que à soberba do ar cede o mesmo sol deixando encobrir as luzes para fazer tudo trevas, de sorte que se não julgava se espumavam as nuvens ou se relampejavam as ondas.

(3) As naus entre montanhas de mar ainda quando arfavam mal se viam. Isto de dia que de noite por intervalos se divisam porque as luzes dos faróis eram meteoros que apenas alumiam quando já por interpolação das ondas desapareciam: o santelmo já aparecendo no convez para alijar como se faz de tudo que se achou no mesmo convez e entre pontes já aparecendo nos vôos dos mastareus para arrear. E supostos os joanetes se tinham desaparelhado e as gáveas iam a meia haste e metidas nos rins (?) foram de todo arreados ao soco e ferrado o pano ficando com mezena e traquete amorado por bombordo, parte de onde vinha a tormenta foram forcejando pela mesma derrota que traziam antes do temporal porque não podendo já com êle pelo muito que tinha crescido a gente aquebrantada das fainas e vigílias que semelhantes ocasiões trazem consigo e o mais era com as bombas nas mãos e desfalecidos de forças pelo pouco sustento, porque as escotilhas e gazalhados ia tudo fechado, o fogão como se não houvera a respeito das cancaras do mar, que alcançando umas as outras e batendo com no costado entravam por um bordo e saíam pelo outro.

(4) Meteram de arribada, e carregado o traquete acima, e ferrada a mezena, apertaram as enxarcias, atezaram os estaes para segurança dos mastros e mastareus. E para segurança das vergas reforçaram as ostagas e passaram bossas em ajuda aos enxertarios. Tudo se fazia necessário a respeito do vento que tão furiosamente a suavizava pelas entenas que se queria levar deante de si.

(5) E seguro o leme com força de talhas para que com o bater não aluisse o cadastro.

(6) Deram poupa ao tempo e com ela foram correndo a árvore seca, mas sempre por debaixo do mar porque este, encapelando-

procedimentos bastantes e suficientes para que cada leitor faça seus próprios juízos. Entendemos que nossa preferência é o único meio de *democratizar* as fontes primárias, pois então, estaremos em condição de discutir as interpretações *críticas* feitas por outros. A história do próprio *Códice*, tão bem expressa em “A mais fina das papas”, demonstra que a exclusividade das informações, fora o lado divertido, casual e discutível que garantiu a preservação dos documentos, tem o seu lado de perverso egoísmo, próprio da mentalidade que não distingue o público do privado. Prevalece o que é meu. Os outros que esperem pela minha benevolência e generosidade.

se por cima da grinalda alagava tudo de pôpa a prôa. E com tanto por este abalo como pelo balanço das naus se não via fixo o rumo que levavam por variar a agulha e menos se sabia a altura que por falta do Sol não tinha uso o astrolabio, todos esmaecidos e desmaiados todos, e mais mortos do que vivos tinha cada um para si que a mesma nau em que ia era feretro que o levava para a sepultura.

(7) E quando menos conta faziam das vidas do cesto da gavea gritou o gageiro: terra pela prôa e como o temporal os ia empurrando para o rolo da costa por falta de governo, desfizeram os bolsos do traquete e braceando por estibordo foram costeando a dita terra e dando vista de uma abra e uma entrada puzeram proa a ela e a todo o risco, sem sondar a entraram e fixas as amarras na habita desabossadas as ancoras deram fundo.

(8) Surta e ancorada a Armada naquele desconhecido Porto lhe puseram o nome de Seguro, que ainda hoje conserva e toda a sua capitania. E logo os argonautas saltando em terra a intitularam de Santa Cruz cuja árvore bem dita plantaram entre as formosas de seus ramos servisse de docel aquela soberania. E foi levantado este transunto não por sinal de que ali tinham a porta dos Cristãos mas para que a todo o tempo servisse de padrão porque contasse que tal descobrimento pertencia aquela nação cujo escudo se esmalta com as chagas que naquele patíbulo recebeu na sua morte o autor da vida.(...)

Como se nota, o autor usou uma linguagem, que, para ser convenientemente entendida, requer a familiaridade com a nomenclatura técnica adequada ou a recorrência aos dicionários e a outras fontes especializadas. Porém, num texto de linguagem técnica não é possível simplesmente substituir palavras de significado preciso por outras do repertório trivial. É preciso lidar com as definições e, muitas vezes, na própria definição há outros termos técnicos que demandam novas definições. Esse trabalho de *atualizar as estruturas discursivas* se interrompe até que se pressuponha estar num patamar daquilo que ECO (1979) chama *competência enciclopédica*.

Separamos, então, o texto de Alvares de Oliveira em trechos numerados com a palavra ou palavras em negrito, que, no nosso entender, demandariam uma explicação ou um mero sinônimo, sem nenhuma ofensa à capacidade dos nossos possíveis leitores. Aqui é oportuno dizer que, na escolha da palavra a ser explicada, existem algumas diferenças entre a nossa explicação e a realizada pelos organizadores do *Códice Costa Matoso*, o que também não deixa de ser uma curiosidade e uma justificação da nota nº 2.

Imediatamente abaixo, em corpo menor, com a mesma numeração dos trechos de cima, seguem-se as definições, explicações e comentários adicionais.

Utilizamos os dicionários *Aurélio (A)*, *Houaiss (H)*, *Cândido de Figueiredo (CF)*, *Jayme de Séguier (JS)*, o compêndio de *Arte Naval (AN)*, de Maurílio M. Fonseca, *Evoluções e Manobra do Navio (EMN)*, de Olavo Coutinho Marques e o *Boletim da Associação Brasileira de Normas Técnicas (Terminologia Naval)*, de 1963. Na reprodução das definições, demos preferência às que se encontram no *Aurélio*,

por ser o dicionário de mais fácil acesso, sem deixar de cotejá-las com as definições das outras obras consultadas, sobretudo as especializadas.

Os trechos

•1) (...) Nome êste de Brasil que não deixarão de censurar os reparativos por se preferir o nome de um pau, ainda que preciso, ao do sacrossanto Madeiro da Cruz.

•1) Sem comentários.

•2) Primeiro nome que, o descobrimento da América portuguesa **por** Pedro Álvares Cabral,

•2) **por**. O trecho é gramaticalmente incompreensível. Os organizadores da edição do *Códice Costa Matoso*, que viram os originais, leram **pôs**, do verbo **pôr**; então, Pedro Álvares Cabral passou a ser sujeito da oração. Ele (Cabral) **pôs** o nome Brasil, no primeiro descobrimento da América portuguesa.

Resolvida esta questão, surge o primeiro desencontro com a Carta de Pero Vaz de Caminha:

— *Neste mesmo dia, a horas de véspera, houveros vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz!* (Grifo nosso)

•3) quando no ano de **1501 (sic)**

•3) **1501 (sic)**. Para nós que não vimos o original, imaginamos que poderia ser um equívoco de transcrição.

A explicação do *Códice Costa Matoso* (p.274) diz: *Alguns autores do século XVI, XVII e XVIII atribuíram o ano de 1501 como o da descoberta do Brasil.*

Para dar substância à afirmação, faltou citar, pelo menos, um.

•4) passando à Índia **por cabo de treze naus**

•4) **por cabo**. = No comando.

treze naus. Está documentado que a frota de Cabral era constituída de 13 embarcações, quando partiu de Portugal, o que enseja pensar que Jozeph Alvares de Oliveira tinha informações precisas sobre o Descobrimento. Entretanto,

•5) ao Sul da **linha**

•5) **linha** = Equador. (A) (CF).

Desque passar a via mais que meia

Que ao Antártico Pólo vai da Linha,

CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto X, 141, 2º.

Quando a frota estava ao sul do Equador, já não eram treze embarcações, visto que, na noite de 23 de março, a nau de Vasco de Ataíde se perdera, sem que houvesse razões para isso [Vide **fortuna do mar** (A)], próximo das ilhas de Cabo Verde, segundo Pero Vaz de Caminha:

— *Na noite seguinte à segunda-feira amanheceu, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com a sua nau, sem haver tempo forte ou contrário para poder ser. Fez o capitão suas diligências para o achar, em umas e outras partes. Mas... não apareceu mais.*

•6) veio uma tormenta tão rija que crescendo por horas ameaçava naufrágios, porque além da chuva ser um dilúvio tal

que para afluir a que caía dentro das naus eram estreitos canos os **imbornaes**;

•6) **imbornaes**. De embornal = Abertura, na borda do convés, para escoamento das águas de baldeação (limpeza) ou de chuva. (AN).

Em outras palavras, a água era tanta que os embornais não davam conta da vazão e por isso ameaçava naufrágios, isto é, a água acumulada em cima do convés diminuía a *reserva de flutuabilidade* dos navios e poderia afundá-los. Neste ponto o autor fala no plural (naufrágios, naus), o que é perfeitamente admissível, visto que as embarcações da frota eram similares, portanto, o que estava acontecendo em uma deveria estar acontecendo nas demais.

•7) e os trovões eram contínuos e tão rasgados e com tanta repetição de **fuzis**

•7) **fuzis**. De fuzil = Relâmpago. (A), (CF), (H), (JS).

•8) que a **gente**

•8) **gente** = Os que estavam nos navios, não o autor do texto, como narrador.

•9) se considerava cega e pelo incessante do estrondo **aturdida**;

•9) **aturdida** = Atordoada, perturbada.

•10) o mais era que o mar pelo impetuoso vento se **alteava** com ondas tão empoladas que se avizinhavam às nuvens e o ar condensado tenebroso formava tão grossas nuvens que

•10) **alteava**. De altear = Tornar mais alto.

•11) se **apropinquavam** às ondas.

•11) se **apropinquavam**. De aproximar-se = Aproximar-se.

•12) E assim juntos **elementos** e cada um de per si se empenhava na submersão daquela armada porque se embraveciam em tanta maneira e com tanta soberba que se faziam intoleráveis e tanto que à soberba do ar **cede** o mesmo sol deixando encobrir as luzes para fazer tudo trevas, de sorte que se não julgava se espumavam as nuvens ou se relampejavam as ondas. As naus entre montanhas de mar ainda quando **arfavam** mal se viam. Isto de dia e de noite por intervalos se divisam porque as luzes dos **faróis** eram meteoros que apenas alumiavam quando já por interpolação das ondas desapareciam:

•12) **elementos**. Entendemos que o autor se referia aos **elementos** da natureza mar revolto, ar condensado e tenebroso, relâmpagos (fuzis), os quais juntos e cada um de per si, empenhavam-se na submersão daquela armada.

Os organizadores do *Códice Costa Matoso* leram, nos originais, **alimentos**, no lugar de **elementos**, o que nos não parece fazer sentido.

cede = Sucumbe, não resiste. (A). *O mesmo sol sucumbe (não resiste) à soberba do ar.*

arfavam. De arfar = Balouçar, oscilar (a embarcação) no sentido longitudinal, erguendo a proa. (A) = Caturrar.

faróis. De farol = Candeeiro ou lanterna, em embarcação, para indicar sua presença e posição. (A).

O trecho revela um certo modo poético, ao dizer que céu e mar se confundiam, de modo que não se sabia se os relâmpagos vinham das ondas ou se as espumas do céu.

•13) o **santelmo** já aparecendo no **convez** para alijar como se faz de tudo que se achou no mesmo convez

•13) **santelmo** = Chama azulada que, sobretudo por ocasião de tempestade, surge no tope dos mastros dos navios, produzida pela eletricidade. (A).

convez = Convés = Designação comum aos pavimentos, a bordo. (A).

•14) entre **pontes**

•14) **ponte** = Cada uma das cobertas do navio. (A).

coberta = Qualquer convés situado abaixo (ou acima) do convés principal de um navio. (A).

•15) já aparecendo nos **vôos dos mastareus**

•15) **vôos** = De vôo = Movimento rápido de qualquer objeto pelo ar. (A). Entendemos que os mastaréis estavam balançando, voando.

mastareus = De mastaréu = Mastro suplementar fixado ao mastro real para aumentar-lhe a **guinda** (tamanho, altura). (A).

•16) para **arrear**.

•16) **arrear** = De arriar = Largar aos poucos.

De (12) a (15), o texto dá a entender que o santelmo apareceu, espalhou-se pelo convés para jogar fora tudo o que estava ali (o que é uma prosopopéia) e em outras partes (*entre pontes*). Não é, porém, uma composição muito clara.

Nunca tivemos a oportunidade de ver o fogo de santelmo, somente o conhecemos na teoria. Em noites de luar, o que já vimos, em navios petroleiros carregados, é a invasão de ondas sobre o convés e no momento em que a água escorre pelos embornais, havendo concentração de fósforo, formam-se esteiras de espumas luminosas, algo que se aproxima da descrição de Alvarez de Oliveira, no caso, contando com a luz produzida pelos relâmpagos (fuzis).

Câmara Cascudo registra um verbete sobre o *fogo de santelmo* ou *corpo-santo*, no seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

A. Humboldt, em *Quadros da Natureza*, escreveu interessante capítulo sobre a *Fosforescência do mar*.

•17) E **supostos os joanetes** se tinham **desaparelhado**

•17) **supostos**. Etimologicamente, *o que está abaixo*. Mas se o joanete é um mastaréu, e não há mastaréu em baixo e sim em cima, isto é, o mastaréu faz crescer o mastro, **suposto**, hoje, deveria ser entendido como **sobreposto**.

joanete = Cada um dos mastaréis que espigam dos mastaréis de gávea. (A). Também = Velas que se largam nas vergas de joanete. (A).

desaparelhado. De desaparelhar = Ficar desmastreado (o navio). (A) = Sem mastro ou sem mastaréu.

Entendemos que o temporal desaparelhou os mastaréis.

•18) e as **gáveas** iam a meia haste e **metidas nos rins (?)**

•18) **gáveas** = Cada uma das velas que envergam nas vergas de gávea. Vela que enverga na verga da gávea grande. (A).

rins (?). Provavelmente um equívoco de quem transcreveu o texto manuscrito, ou um equívoco do autor, que gerou um ponto de interrogação de quem o transcreveu.

Supomos que seja — **metidas nos rizes** —, pois então faz sentido, isto é,

riz = Cada um dos pedaços de cabo delgado atravessados por ilhoses presos na forra de rizes, e que servem para diminuir a superfície da

vela exposta ao vento, para o quê se enrola a esteira (**parte de baixo da vela**) da vela até os rizes, que são então amarrados em torno dela. (A).

No texto do *Código Costa Matoso* encontra-se a palavra *rizes*, o que coincide com a nossa suposição.

•19) foram de todo **arreiados**

•19) foram elas, velas, portanto, **arreiadas** = Arriadas. (Vide nº 16).

•20) ao **soco** e

•20) **soco** = Apoio do **enxertário** da **verga** no **mastaréu**. (CF).

enxertário = Conjunto de cabos do navio que seguram as vergas aos mastros e permitem arriá-las e içá-las. (A).

verga = Peça de madeira ou de ferro, cilíndrica ou fusiforme, que cruza num mastro ou **mastaréu** (verga redonda), ou que se prende por um dos extremos em um mastro (verga latina ou carangueja). (A).

mastaréu. (Vide nº 15).

•21) **ferrado o pano**

•21) **ferrar um pano** (ou uma vela) = **É** o trabalho de enrolá-lo sobre si mesmo e amarrá-lo de encontro as vergas ou paus onde se enverga. (EMN).

Como curiosidade relatamos o que nos vem à memória. Nosso professor comandante Ruy da Cunha e Menezes, grande conhecedor das tradições e costumes das coisas do mar, informou-nos que no tempo das caravelas, a faina de ferrar um pano, sobretudo debaixo de temporal, era das mais desgastantes porque os marinheiros tinham que se apoiar nos andorinhos, cabo que corre por baixo da verga, e sobre ela debruçados, alavam (puxavam) o pano com os dois braços, seguravam a parte puxada com os dentes para poder alar a parte seguinte.

De 16 a 20, o trecho é obscuro porque as velas gáveas não vão à **meia haste e metidas nos rizes** automaticamente ou pela ação desordenada da tempestade. O comandante deve ter ordenado, num primeiro momento do temporal, que a vela gávea fosse rizada. Rizar uma vela é diminuir sua superfície. É uma faina que se executa quando há ventos fortes. E quando são muito fortes, ferra-se o pano. Tudo isso é muito demorado para se expressar numa única frase, ainda mais com os joanetes desaparelhados (Vide nº 17).

•22) ficando com **mezena e traquete**

•22) **mezena** = **Vela latina** que se enverga na **carangueja** do mastro da mezena. (A).

vela latina = Vela triangular ou quadrangular, envergada em mastro (com carangueja ou sem ela), em verga, ou em estai, e que trabalha no sentido de proa a popa. (A).

carangueja = Verga latina. (A).

estai = Qualquer dos cabos que agüentam a mastreação para vante (e para ré). (A).

traquete = A vela redonda que enverga na verga mais baixa do mastro de proa. (A).

•23) **amorado por bombordo,**

•23) **amorado**. De amurar. Fixar a amura de (uma vela) no lugar conveniente, para que ela se possa enfunar. Alar as amuras de (uma vela). Orientar as velas de (uma embarcação) a fim de que recebam o vento de maneira conveniente à navegação. (A).

amura = Cabo com que se puxa para vante (frente) o punho de barlavento de uma vela redonda, de modo que ela receba bem o vento. (A).

punho = Cada um dos cantos de uma vela formados pelo encontro de dois lados consecutivos. (A).

No glossário do *Códice Costa Matoso*, *amorado* vem de *amarar* = *Reter, guardar, encobrir, esconder*, que, parece-nos, não tem nada que ver com o texto.

bombordo = O lado esquerdo da embarcação, considerando-se a proa como a sua frente. (A).

De 22 a 23, em outras palavras, o autor quer dizer que a vela do mastro da mezena e a vela do mastro do traquete ficaram orientadas a **barlavento**.

barlavento = Direção de onde sopra o vento. (A).

•24) parte de onde vinha a tormenta

•24) Se a esquadra navegava com rumo sul, o vento que vinha de leste-sueste, castigava o navio por bombordo.

•25) foram **forcejando** pela mesma **derrota** que traziam antes do temporal porque não podendo já com êle pelo muito que tinha crescido

•25) **foram** (os membros da tripulação).

Forcenjando. De forcejar = Fazer esforços. (A).

derrota. = O caminho percorrido por uma embarcação numa viagem por mar; rota. (A).

Em outra palavras, manteve-se o mesmo rumo.

Deveria haver um ponto em **crescido** porque o que se segue não tem nada que ver com este trecho nº 25.

•26) a **gente** aquebrantada das fainas e vigílias que semelhantes ocasiões trazem comsigo

•26) a **gente** = Os tripulantes do navio.

•27) e o mais era com as **bombas** nas mãos e desfalecidos de força pelo pouco sustento, porque as **escotilhas** e **gazalhados** ia tudo fechado,

•27) **bombas**. Rubrica: engenharia mecânica, termo de marinha. Nos navios antigos, equipamento manual para esgotar os porões. (H).

Apesar de a palavra estar dicionarizada no *Houaiss*, não há informações que precisem o que significa *navios antigos*. Um clíper do fim do século XIX e do início do XX é hoje um navio antigo e provavelmente dispunha de bombas manuais para esgotar porões, semelhantes às que ainda são usadas quando outras fontes de energia inexistem ou não estão disponíveis. Já no tempo dos Descobrimentos o que havia era o **balde** e provavelmente o **bartedouro** ou **vertedouro**, uma peça de madeira em formato de colher, destinada a retirar a água do fundo das pequenas embarcações. Se o balde, algum dia, foi chamado bomba é um fato que nossas fontes não informam.

A **bomba** que está no glossário do *Códice Costa Matoso* = **Nora ou roda de rosário**, é equipamento de terra. = Aparelho para tirar água dos poços, cisternas, rios, etc., cuja peça principal é uma grande roda de madeira em volta da qual passa uma corda a que estão presos alcatruzes. (A). **Alcatruz** = Vaso de barro, geralmente cilíndrico, em que se levanta a água das noras; caçamba. (A).

Como não vimos o manuscrito, chegamos a suspeitar de um equívoco de transcrição e cogitamos que a palavra fosse **bolhas**.

escotilhas = Abertura de grande ou médio tamanho, feita em qualquer pavimento de uma embarcação, para trânsito de pessoal, aeração ou iluminação das cobertas, ou passagem de carga. (A).

gazalhados = De agasalhos = Gasalhado = Alojamento (A).

•28) o **fogão** como se não houera a respeito das **cancaras** do mar, que alcançando umas as outras e batendo com o costado

entravam por um bordo e saíam pelo outro.

•28) Entendemos que não havia *fogão* para fazer comida porque tudo estava às *escâncaras* do mar que batia no costado, entrando por um bordo e saindo pelo outro.

BUENO (1998) assinala:

— “(...) *Os mantimentos sólidos eram distribuídos uma vez por mês — todos crus. Tinham que ser cozidos diariamente e os pequenos fogos acesos no convés representavam um perigo permanente (...)*”.

No livro *A armada de Cabral e a descoberta do Brasil* (1900), de Vidal de Oliveira, há uma interessante ilustração de um “*fogão das caravelas*”.

No glossário do *Códice Costa Matoso* consta *carrancas* (*movimento violento das ondas do mar*) no lugar de *cancararas* e um ponto de interrogação. Como não há indicação da fonte definidora da palavra, entendemos o ponto de interrogação como sinal de incerteza, embora a definição esteja bem adaptada ao texto.

•29) Meteram de arribada,

•29) **Meteram de arribada** = Guinar para **sotavento**; afastar a proa da embarcação da linha do vento. Desviar-se da rota previamente escolhida, em razão das condições de tempo ou mar. (A).

sotavento = O lado para onde vai o vento; bordo contrário àquele de onde sopra o vento (barlavento). (A).

No caso, guinaram (viraram) para boreste.

•30) e carregado o traquete acima,

•30) **carregado**. De carregar = Subtrair (a vela) à ação do vento, arrepanhando-a (recolhendo-a) junto ao mastro, verga ou **estai** a que se acha presa. (A).

estai = (Vide nº 22).

traquete. (Vide nº 22).

•31) e ferrada a mezena,

•31) **ferrada**. De ferrar. (Vide nº 21).

mezena. (Vide nº 22).

Nesta altura, em outras palavras, entende-se que o navio não mais possuía a ação das velas. As gáveas (nº 21) e a mezena foram ferradas e o traquete carregado (nº 30). A embarcação tinha guinado (virado) para boreste, quando meteu de arribada (nº 29) e, portanto, estava de popa para o vento. É a manobra que se chama **correr com o tempo**, isto é, dar a popa à direção de onde vem o temporal e ser empurrado pelo vento e pelo próprio mar.

•32) apertaram as enxarcias,

•32) **enxarcias**. De enxárcia = O conjunto de **ovéns** e **enfrechates**, nos navios a vela. (A).

ovém = Cada uma das pernadas da enxárcia. (A).

enfrechate = Cada um dos degraus, feitos de cabo, madeira ou ferro, presos aos ovéns, formando escada, para que por ela possa subir ao mastro o pessoal empregado na manobra de um veleiro. (A). Em poucas palavras, enxárcia é uma escada.

•33) atezaram os estaes para segurança dos mastros e mastareus

•33) **atezaram**. De atesar = Esticar.

estaes = De estai (Vide nº 22).

•34) E para segurança das vergas reforçaram as ostagas

•34) **ostaga** = Cabo com que se arria horizontalmente, pelo **terço**, ao longo do mastro, uma verga de gávea. (A).

terço = Parte da verga equidistante dos extremos. (A).

Sendo o que é uma ostaga, no nosso entender, não há como reforçá-la. Entendemos que trocar a ostaga existente por outra mais forte não era oportuno, naquele momento de temporal. Ainda mais que a gávea já tinha sido rizada (nº 18), arriada (nº 19) ao soco (nº 20) e ferrada (nº 21), portanto a ostaga já tinha sido usada e não carecia de reforço.

•35) e **passaram bossas** em ajuda aos **enxertarios**.

•35) **passaram bossas**. De passar boça = aboçar.

bossas. De boça = Designação genérica de cabo ou corrente destinados a prender ou segurar certos objetos a bordo, ou outros cabos, amarras, etc. (A).

enxertários. (Vide nº 20).

•36) Tudo se fazia necessário a respeito do vento que tão furiosamente a suavizava pelas **entenas** que se queria levar deante de si.

•36) **entenas**. De antena = Designação genérica de verga e mastaréu sobressalente. (A).

•37) E seguro o leme com força de **talhas** para que com o bater não **aluisse** o **cadasto**.

•37) **talhas** = Aparelho de laborar constituído de um **cadernal** de dois **gornes** e um **moitão** (talha singela), ou de dois cadernais de dois gornes (talha dobrada), ligado por um cabo de fibra. (A).

cadernal = Poleame de laborar constituído de uma caixa achatada de madeira ou de metal, com duas ou mais fendas no sentido do comprimento, em cada uma das quais há uma roldana móvel em torno de um eixo comum. (A).

gornes = Abertura na caixa de um poleame de laborar, na qual trabalha a roda. (A).

moitão = Poleame que consiste numa caixa de madeira ou de metal dentro da qual trabalha uma roldana. (A).

aluisse. De aluir = Abalar. (A).

cadasto. De cadaste = Peça semelhante à **roda de proa**,

que fecha na popa (parte de trás) o esqueleto da embarcação. (A).

roda de proa = Peça robusta que, em prolongamento da **quilha**, na direção vertical ou quase vertical, forma o extremo do navio a vante (na frente). (AN).

quilha = Peça estrutural básica do casco de uma embarcação, disposta na parte mais baixa do seu plano diametral, em quase todo o seu comprimento, e sobre a qual assentam as cavernas, a roda de proa e o **cadaste**. (A).

De fato, devem ter amarrado com talhas a **roda do leme** e não o leme propriamente dito, pois amarrá-lo seria um trabalho impossível de ser feito com o temporal descrito.

roda do leme = Timão = Roda ou volante com que se manobra o leme de certas embarcações pequenas e dos navios. (A).

•38) **Deram poupa ao vento** e com ela foram correndo **a árvore seca**,

•38) Em (31), já se concluíra que **deram poupa ao vento**.

a árvore seca. De **em árvore seca** = Dizia-se do navio que, acossado por forte tormenta, recolhia todas as velas e corria com o tempo (mar e vento). (A).

A definição da expressão que está no Glossário do *Código Costa Matoso* não é técnica: *Correr sem socorro algum, desamparado, sem auxílio, em situação de perigo*.

Apesar de se encaixar no texto, preferimos a definição técnica.

•39) mas sempre por debaixo do mar porque este, encapelando-se por cima da **grinalda** alagava tudo de pôpa à prôa.

•39) **grinalda** = A parte superior do painel de popa da embarcação. (A).

Em outras palavras, o mar estava tão forte que as ondas vinham por cima da grinalda e saíam na proa.

•40) E com tanto por este abalo como pelo balanço das naus se não via fixo o rumo que levavam por variar a **agulha** e menos se sabia a **altura** que por falta do Sol não tinha uso o **astrolábio**, todos esmaecidos e desmaiados todos, e mais mortos do que vivos tinha cada um para si que a mesma nau em que ia era feretro que o levava para a sepultura.

•40) **agulha** = Bússola.

altura = Distância angular entre o horizonte e um ponto da esfera celeste, contada segundo o círculo vertical que passa por esse ponto. (A).

Através da altura (no caso, do sol) é que se pode calcular a latitude.

astrolábio = Astrolábio = Instrumento astronômico inventado por Hiparco, astrônomo e matemático grego (séc. II a.C.), para medir as alturas de um astro acima do horizonte. (A).

Deveria ter um ponto final em astrolábio.

•41) E quando menos conta faziam das vidas do **cesto da gávea**

•41) **cesto da gávea** = Plataforma instalada na altura do **calcês**, apoiada na **romã** do mastro, nos navios à vela, para espalhar as enxárcias do mastaréu e sustentar a marinagem que maneja as velas. (Tb. se diz apenas gávea.). (A).

calcês = Parte de seção retangular, no extremo superior de um mastro ou mastaréu, logo acima da romã. (A).

romã = A parte mais grossa do mastro ou mastaréu, onde assentavam os **curvatões** do cesto da gávea. (A).

curvatão = Cada uma das duas fortes peças de madeira presas à romã do mastro ou mastaréu, e sobre as quais assenta o cesto da gávea. (A).

•42) gritou o **gajeiro**: terra pela prôa e como o temporal os ia empurrando para o **rolo** da costa

•42) **gajeiro**. De gajeiro = Nos navios à vela, marinheiro que tem a seu cargo um dos mastros, zela por ele e dirige os trabalhos que nele se executam, e a quem outrora competia, ainda, subir ao cesto de gávea, nas proximidades de terra, a fim de procurar avistá-la antes dos demais elementos da tripulação: (A).

Subindo ao cesto da gávea, o observador aumenta o alcance da vista, o que tecnicamente se chama **alcance geográfico**.

Neste ponto surge uma dúvida. Não se sabia da proximidade de terra, pelo menos, não foi dito [Na *Carta de Caminha* está claro que, dias antes de se avistar o Monte Pascoal, apareceram *botelhos*, *rabos-de-asnos* (algas) e *fura-buxos* (aves) que indicavam proximidade de terra]. E tendo em vista a magnitude do temporal descrito, não temos muita certeza se havia razão para manter o gajeiro na gávea. É o próprio autor quem diz:

— *tanto que a soberba do ar cede o mesmo sol deixando encobrir as luzes para fazer tudo trevas, de sorte que se não julgava se espumavam as nuvens ou se relampejavam as ondas. As naus entre montanhas de mar ainda quando arfavam mal se viam. Isto de dia e de noite por intervalos se divisam porque as luzes dos faróis eram meteoros que apenas alumiam quando já por interpolação das ondas desapareciam.* (Vide também nº 40).

Mas é apenas uma dúvida que, no caso de um texto ficcional,

poderia ser apenas uma pequena afronta ao princípio da verossimilhança, já que o texto não tem características de realismo fantástico, por exemplo.

O comandante da nau poderia ser tão rigoroso a ponto de exigir a presença do gajeiro na gávea, mesmo que sua vida estivesse em perigo, mais em perigo do que a vida dos demais tripulantes, que, segundo o próprio autor:

— *todos esmaecidos e desmaiados todos, e mais mortos do que vivos tinha cada um para si que a mesma nau em que ia era féretro que o levava para a sepultura.*

rolo = Grande onda ou vaga; vagalhão. (A).

•43) **por falta de governo,**

•43) **por falta de governo.** O navio estava com o leme preso (Vide nº 37) e sem a ação das velas.

•44) **desfizeram os bolsos do traquete**

•44) **bolso** = Pequena superfície de pano que fica sujeita à ação do vento depois de carregada, mas não ferrada, a vela. (A).

De fato, a vela do traquete estava carregada. (Vide nº 30).

•45) **e braceando**

•45) **braceando.** De bracear = Fazer girar (a verga) no plano horizontal, alando (**puxando**) pelos **braços**, para que a vela fique convenientemente disposta em relação ao vento. (A).

braço = Cada um dos cabos singelos ou dobrados que, presos aos **lais** das vergas redondas, se destinam a dar-lhes movimento no sentido horizontal e a agüentá-las para ré. (A).

lais. De **lais** = Cada uma das extremidades de uma verga. (A)

•46) **por estibordo**

•46) **estibordo** = Boreste. Lado direito da embarcação para quem, da popa, olha para a proa. (A). Contrário de bombordo. (Vide nº 23).

•47) **foram costeando a dita terra e dando vista de uma abra e uma entrada puzeram proa a ela e a todo o risco, sem sondar a entraram**

•47) **costeando.** De costear = Navegar perto da costa; perlongar. (A).

abra = Enseada com ancoradouro seguro para embarcações. (A).

sondar = Determinar a profundidade de (uma porção de mar, oceano, rio, etc.). (A).

Neste ponto também há uma dúvida, pois trata-se de uma manobra muito complicada. O leme estava preso (nº 37) e não se falou que foi solto. Navegar só com o traquete e sem leme, costear, avistar uma abra, nela entrar sem sondar e fundear é uma façanha de grande mérito. Enfim, eram grandes navegadores.

•48) **e fixas as amarras na habita**

•48) **amarras** = Corrente especial formada por elos em geral reforçados por travessões, que segura a âncora à embarcação.(A).

habita = **Abita** (sem h) = Peça, hoje raramente usada, que consiste em uma coluna de madeira ou de ferro, fortemente presa no convés, e em torno da qual se dão voltas à amarra depois de lançada a âncora. (A).

•49) **desabossadas as ancoras deram fundo.**

•49) **desabossadas.** De desaboçar = Tirar as boças. (A).

boça. (Vide nº 35).

•50) **Surta** e ancorada a Armada naquele desconhecido porto Porto Ihe puzeram o nome de Seguro, que ainda hoje conserva e toda a sua capitania.

•50) **surta**. De surto = Ancorado. (CF). Surta e ancorada é redundância.

•51) E logo os argonautas saltando em terra a intitularam de **Santa Cruz** cuja árvore bem dita plantaram entre as formosas de seus ramos servisse de **docel** aquela soberania. E foi levantado este **transunto** não por sinal de que ali tinham a porta dos Cristãos mas para que a todo o tempo servisse de padrão porque contasse que tal descobrimento pertencia aquela nação cujo escudo se esmalta com as chagas que naquele patíbulo recebeu na sua morte o autor da vida.

• 51) **Santa Cruz**. A denominação **Santa Cruz** não confirma o início do texto, onde o autor escreveu: “*Nome êste de **Brasil** que não deixarão de censurar os reparativos por se preferir o nome de um pau, ainda que preciso, ao do sacrossanto Madeiro da Cruz. Primeiro nome que, o descobrimento da América portuguesa pôs Pedro Álvares Cabral, (...)*”.

Nem é confirmada pela Carta de Caminha, onde o primeiro nome é **Terra de Vera Cruz**. (Vide nº 2).

docel. De dossel = Armação ornamental, saliente, forrada e franjada, que encima altar, trono, leito, etc.; sobrecéu. (A).

transunto. = Modelo, exemplo. (A).

No Códice Matoso, o início do trecho 51 possui palavras que não estão na Revista do IHG de São Paulo. Não sabemos se (a) o acréscimo faz parte da *transcrição interpretativa* ou se (b) de fato elas existem, uma vez que a transcrição é proveniente da leitura do manuscrito. Na hipótese (b) verifica-se que houve uma falha no texto da Revista do IGH de São Paulo. Então, o texto completo será: “*E logo os argonautas saltando em terra a intitularam de Santa Cruz cuja árvore bem dita plantaram entre as formosas **que a terra produz, para que o frondoso** de seus ramos servisse de dossel àquela soberania, (...)*”

Primeira curiosidade

Como poderia Jozeph Alvares de Oliveira, em 1750 ou 51, descrever uma tempestade que teria castigado a frota de Cabral, pouco antes de avistar terras do Brasil?

Interrogamos, pois é do conhecimento generalizado que há somente três fontes presenciais, relativas ao descobrimento: a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, a *Carta de Mestre João* e a *Relação do Piloto Anônimo*. Em nenhuma delas há menção a tempestades, tal como a que descreveu Alvares de Oliveira. Somente aconteceu tempestade na continuação da viagem, quando a frota passou pelo cabo das Tormentas (Boa Esperança) em direção às Índias.

Detalhadamente podemos afirmar que a *Carta de Pero Vaz de Caminha* somente menciona um vento sueste acompanhado de “*chuvaceiros*” quando a esquadra estava fundeada, já no segundo ancoradouro, o que ocasionou a procura de um lugar mais abrigado, ao norte de onde estava (em frente do Monte Pascoal), ocasião em que se achou um porto seguro.

Escreveu Caminha:

(...) À noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez caçar as naus. E especialmente a Capitaina. E sexta pela manhã, às oito horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o Capitão levantar âncoras e fazer vela. E fomos de longo da costa, com os batéis e esquifes amarrados na popa, em direção norte, para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde ficássemos, para tomar água e lenha. / E velejando nós pela costa, na distância de dez léguas do sítio onde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos um Recife com um porto dentro, muito bom e seguro, com uma mui larga entrada. (...)

E mais, a *Carta de Caminha* e a *Carta de Mestre João* só se tornaram conhecidas no século XIX³, portanto é razoável supor que Jozeph Alvares de Oliveira, no século XVIII, não poderia ter conhecimento dos referidos documentos. A *Relação do Piloto Anônimo*, cujo original se perdeu, apareceu em 1507, traduzida para o italiano, portanto cronologicamente anterior aos anos 1700 (BUENO, 1998)⁴. Mas, é preciso ter muita fé para acreditar que Jozeph Alvares de Oliveira seria tão bem informado que já teria conhecimento do dito documento, embora nele também não haja referências a tempestades por ocasião do descobrimento.

Já podemos chegar à conclusão, com os argumentos expostos, que o cronista da Guerra dos Emboabas construiu uma narrativa ficcional a respeito do descobrimento das terras de Vera Cruz.

Segunda curiosidade

O que se verifica no texto de Alvares de Oliveira é que os termos das evoluções e manobra de navios a vela, marinharia e arte naval foram usados com relativa propriedade, mas o cerne da narrativa não coincide nem com a *Carta de Pero Vaz de Caminha* nem com a *Carta de Mestre João*. Nas referidas cartas, a seqüência dos acontecimentos foi a seguinte: 1º) não houve tempestade; 2º) avistou-se o Monte Pascoal e a esquadra fundeou (primeiro ancoradouro); 3º) a esquadra aproximou-se da costa e fundeou (segundo ancoradouro); 4º) ventou, choveu e a esquadra procurou melhor abrigo, encontrando um porto seguro. (Porto Seguro).

Então, como poderia haver a descrição de uma tempestade com detalhes do que estava acontecendo em um navio de uma frota de 12, se não for o relato de um narrador presencial? Somente um tripulante de uma das embarcações poderia fazer o relato acima, pois nas outras 11, manobras diferentes poderiam estar sendo executadas. Prestando atenção no trecho nº 50, a tese de que o autor construiu um texto

³ A *Carta de Pero Vaz de Caminha* foi publicada pela primeira vez, em 1817, na *Corografia Brasilica*, de Manuel Aires de Casal. A *Carta de Mestre João* estampou-se na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, em 1843, descoberta por Francisco Adolfo Varnhagen, nos arquivos da Torre do Tombo.

⁴ BUENO (1998), na p.115, menciona 1507; na p.133, 1550.

ficcional se reforça pela incoerência interna do texto. A descrição que começou no plural, falando de *naufrágios* e *naus* (nº 4 e nº 6), particularizou-se em manobras executadas em uma única embarcação e, num passe de mágica, voltou ao coletivo: *Surta e ancorada a Armada*, como se fosse possível, debaixo daquele temporal, a nau capitânia conduzir uma esquadra de 12 navios, executando as mesmas manobras, como uma única peça.

Além disso, a descrição da tempestade e os detalhes técnicos das manobras e evoluções do navio servem para qualquer tempestade, em qualquer lugar do mundo, em qualquer época; porém, quando essa descrição se refere a informações que dizem respeito a eventos históricos devidamente documentados, sem que haja coincidência entre uma coisa e outra, emerge o caráter ficcional da narrativa, pois então, falta-lhe a coerência com base em critérios externos.

Isso tudo não é novidade, é uma característica da época. Outros autores construíram narrativas “históricas” misturadas com fabulação romanceada, até mesmo depois do século XVIII, e nelas temos sido forçados a acreditar porque ainda não apareceram elementos que possam contestá-las. Podemos suspeitar da veracidade dos fatos ou da autenticidade da origem e conviver com a dúvida, na esperança de que apareça uma *Carta de Caminha*.

Imaginamos que se a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, a *Carta de Mestre João* e a *Relação do Piloto Anônimo* ainda estivessem perdidas nos arquivos, não haveria razões para duvidar dos fatos narrados nos referidos trechos de Alvares de Oliveira. Neles deveríamos acreditar e ainda ficaríamos admirados pela mostra precisa dos seus conhecimentos técnicos. Talvez tivesse sido ele marinheiro, antes de vir para os confins das Minas ou poderia ter sido mero passageiro que tenha enfrentado tempestades que lhe serviram de paradigma para compor seu texto. Ou ainda, quem sabe, um bom leitor.

Melhor teria sido que Alvares de Oliveira fosse direto aos demais assuntos da *História do Distrito do Rio das Mortes*, sem passar pela aventura do Descobrimento, quando poderia falar com a autoridade de testemunha presencial, e “*ator dos acontecimentos*”, conforme o qualificou Affonso d’Escragnole Taunay. Então, seu texto, apesar de memória⁵, estaria isento de vícios e valeria como indiscutível depoimento de referência.

Terceira curiosidade

Agora, outra curiosidade nos ocorre, invertendo as posições, segundo a relação de que Pero Vaz de Caminha está para o Descobrimento, assim como Jozeph Alvares de Oliveira, no teatro de operações do Rio das Mortes, está para a Guerra dos Emboabas, na qualidade de fontes presenciais. Encontraremos,

⁵ Alvares de Oliveira reconhece: “*Só sim aos laconicos os peça relevem a cacofonia das frases e a grosseria do estilo porque estando a minha memória tão defecada (extenuada) e por isto esquecida dos preceitos de Retórica que pode produzir o meu entendimento senão toscos discursos?*” (Grifo nosso).

então, autores que descreveram “fatos” da Guerra dos Emboabas, sem conhecer o texto de Alvares de Oliveira (ou conhecendo e não querendo citá-lo) e que também caíram na tentação da ficção. E como caíram!

Conclusão

Desde o início, denominamos *memorial* o texto de Jozeph Alvares de Oliveira, *História do Distrito do Rio das Mortes* (...), pois que no seu encaminhamento ao Dr. Tomáz Roby⁶ de Barros, pede desculpas por estar com a *memoria defecada* e, por isso escreverá *toscas discursos*. Contraditoriamente invoca a condição de testemunha presencial para colocar-se numa posição privilegiada de quem produzirá a narrativa histórica mais verdadeira do que a de outros que eventualmente pudessem *invinir*.

Ao descrever “fatos” do Descobrimento do Brasil, evidentemente não se tratava da memória de uma testemunha presencial, mas de pura ficção construída ou a repetição de alguma outra ficção não citada.

A questão que se coloca, diante de tal evidência, passa a ser sobre o restante do texto. Será ele narrativa histórica confiável, ainda que memória? Interrogamos porque sabe-se que a memória, por melhor que seja, falha. Entretanto, uma coisa é a memória que falha, outra coisa é a memória impossível. No caso em tela, como o texto de Alvares de Oliveira sobre o Descobrimento é memória impossível, só nos resta enquadrá-lo como ficção, levando em conta o aceitável da época, para escapar de outras nomenclaturas desabonadoras.

Dos autores que escreveram matérias na revista *Vária História* (1999) sobre os documentos do *Códice Costa Matoso*, o que se deteve mais no texto de Alvares de Oliveira foi A. R. J. Russel-Wood⁷. No que diz respeito aos parágrafos sobre o Descobrimento, observou o referido professor:

Oliveira busca fazer da viagem de Cabral um empreendimento não menos nobre que o de Vasco da Gama. O “ar condensado e tenebroso” do Atlântico evoca a linguagem d’ *Os Lusíadas*. Os argonautas triunfam sobre a combinação de forças dos elementos, que são humanizados (“se embraveciam em tanta maneira e com tanta soberba”). (...)

O autor não deu importância ao aspecto ficcional do texto de Alvares de Oliveira, (para dizer que não o percebeu),

⁶ No *Códice Costa Matoso* editado pela Fundação João Pinheiro, os organizadores leram e transcreveram *Rubim*, no lugar de *Roby*. Parece-nos que o nome é *Roby*, conforme leu e transcreveu Taunay e conforme aparece nos livros de *Acórdãos e Termos de Vereância* da Câmara de São João del-Rei que se encontram na Biblioteca Municipal Batista Caetano de Almeida.

⁷ RUSSEL-WOOD, A. R. J.. *Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso*. Professor da Johns Hopkins University.

pois, parece-nos, seu comentário se limitou a questões de estilo. Mas, estilo existe em qualquer narrativa, seja na histórica, seja na literária. No nosso entendimento não seria pecaminoso que Oliveira pudesse *buscar fazer da viagem de Cabral um empreendimento não menos nobre do que o de Vasco da Gama*, desde que não inventasse a tempestade e os fatos que se contrapõem aos que estão na *Carta de Caminha*.

Da mesma forma se manifestou o comentarista do *Códice Costa Matoso*, editado pela Fundação João Pinheiro, ao dizer: “Episódio constituído de tópicas características do subgênero épico-marítimo, de sólida tradição na poesia portuguesa.”

Se essas observações sobre estilo e gênero querem dizer que o texto é ficcional, então nossa interpretação não constitui uma novidade, embora entendamos as ditas observações pouco elucidativas para diferenciar a narrativa histórica da narrativa ficcional.

Esta é a questão. Até onde Alvares de Oliveira foi intelectualmente honesto e consciente do seu estratagema, não podemos saber com certeza. Isto é assunto para conjecturas.

Conjecturas sobre o contexto

Neste tópico, faremos algumas considerações, na forma de conjecturas contextuais, na tentativa de esclarecer alguns aspectos do texto⁸ de Jozeph Alvares de Oliveira e de sua própria pessoa, tanto quanto formos capazes de fazê-lo.

•Conjectura nº 1

Por que Alvares de Oliveira escreveu sobre o Descobrimento do Brasil num memorial que trataria da *História do Distrito do Rio das Mortes (...)*? É claro que, com base apenas no texto, não há respostas para a indagação. Antes dele, outros também já o fizeram: Pero de Magalhães Gandavo, Frei Vicente do Salvador, Sebastião da Rocha Pitta, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, entre outros. Entendemos que, antes de tudo, trata-se de um direito pessoal, isto é, qualquer pessoa pode escrever sobre o que bem quiser. Escrito e publicado, seguem-se diferenciadas conseqüências.

Ao texto já o analisamos, avaliamos e chegamos a uma conclusão. Resta discutir a maneira de escrever e a finalidade da escrita.

Por que o autor optou por uma narrativa carregada de linguagem técnica?

Uma hipótese explicativa que aventamos é a utilização de uma estratégia de poder. Ao longo da nossa experiência observamos que, em determinados ambientes, o interlocutor que

⁸ Sempre que usarmos a palavra *texto* será uma referência aos oito parágrafos, relativos ao Descobrimento do Brasil, e não ao texto todo.

fala várias línguas assume uma preeminência e seu discurso torna-se mais acatado. É um expediente que já teve seus maiores dias de glória; hoje, pode ser que não impressione tanto⁹. Alvares de Oliveira talvez tivesse que impressionar e lançou mão de uma linguagem técnica que produz o mesmo efeito de utilizar o falar línguas estrangeiras como estratégia de poder. Imaginou, então, que pudesse inventar uma tempestade, já que no mar sempre há tempestades, descrevendo-a com expressões

9 • Evaristo de Moraes Filho em seu texto, lido em sessão da Academia Brasileira de Letras, em 30/06/1996, lembrando a posse de Dom Silvério Gomes Pimenta naquele sodalício, narra que: “Aconselhado por D. Antônio Viçoso, viajou para a Europa, obtendo uma audiência com o Papa Pio IX. Este perguntou ao introdutor o idioma em que deveria expressar-se com o padre Silvério, ao que respondeu o sacerdote italiano: ‘Em latim, grego, hebraico, alemão ou outra língua’. Tanto era a sua cultura haurida no Seminário.”

• A história que conhecíamos, contada em aula (Ginásio Dom Bosco, Cachoeira do Campo, 1955) pelo Pe. José Baeta Tavares, é um pouco diferente. Dom Silvério teria ido ao Vaticano e numa reunião, da qual participavam prelados de diversos países, aguardava sua hora de falar. Para que a história ficasse mais pitoresca, contava o professor que, até então, se fizera pouco caso do bispo de Mariana, decorrente de ser trigueiro de cor. Chegada a esperada hora, Dom Silvério indaga ao Papa em que língua ele deveria se expressar. O Papa não se fez de rogado, optou pelo aramaico e Dom Silvério prontamente fez o seu discurso, deixando todos boquiabertos. O que não se sabe é se os ouvintes teriam entendido, mas na lendária história evidencia-se a estratégia de poder.

• Na ausência dos recursos da tradução simultânea, Rui Barbosa granjeou fama, entre outras coisas, porque, no Tribunal de Haia, replicava os apartes na respectiva língua de quem o aparteava.

• A trama urdida por Castelo em *O Homem Que Sabia Javanês*, de Lima Barreto, é uma estratégia de poder.

• Recentemente se cunhou a expressão *economês* para designar o linguajar dos economistas, isto é, um discurso que o leigo não entende e que precede outras falas, nas quais se deve acreditar, porque quem está falando tem o poder de saber coisas que o ouvinte não sabe.

• Qualquer jargão profissional serve para amedrontar pessoas e conferir poder ao falante. Nós mesmos, em um romance ainda inédito, inventamos uma personagem que impôs seu prestígio no lugar onde foi morar, através de histórias que contava quando foi oficial da marinha mercante. Eis um trecho do naufrágio que ele sempre repetia: “(...) o **patrão** manteve-se de pé, a **guarnição** assentou-se nas **bancadas** do **escaler** de **boreste**. Olhou para as **chumaceiras** e notou que estavam soltas da **falca**. Os **cocões** estavam podres, o jeito seria furar o **alcatrate** e enfiar um **tolete**, caso a **tabica** agüentasse. Passou a mão pela **casa do cão**, procurando uma **forqueta**, mas somente encontrou um pedaço de **cabo de pinhas**. Algumas **escoas** estavam quebradas a ponto de a **buçarda** ficar à vista. Com o mar **cavado** como estava, o **patrão** ordenou que se arriassem as **talhas** com a **embarcação derrabada**. (...)”. Os ouvintes não entendiam o que estava sendo dito, mas se colocavam numa posição de admiração e submissão. Aliás, esse trecho poderia ser acrescentado ao texto de Alvares de Oliveira, no momento em que *surta e ancorada a Armada no porto seguro*, resolveu-se baixar à terra num escaler. Basta consultar os dicionários, verificar as definições das palavras em negrito e constatar que o trecho faz sentido, bastando trocar *escaler* por *batel* ou *esquife* para adequar-se à época.

• Poderíamos chamar essa estratégia de poder, no caso, *paradoxo da comunicação*, pois não interessa ao falante (escritor) que o ouvinte (leitor) entenda, mas que fique assombrado. Mais admirado ainda, quando o leitor se dispõe a conferir o texto com a ajuda das obras de referência e verifica que o texto está tecnicamente “correto”.

que lhe confeririam crédito e respeito.

Alvares de Oliveira avaliava com mérito a figura da testemunha presencial, tanto que sustentou na sua introdução:

(...) não duvido se pudesse invinir (sic) sujeito que por fazer papel no mesmo teatro e ser ciente de todos os fastos da história expuzesse com mais elegância aos olhos de V. Mcê porém não mais verdadeira e sem hiperboles que a façam fabulosa nem seus acontecimentos por melhor seria e sem episódios que a sujeitem à crítica e perdoem-me os aristarcos.(...).

Em outras palavras disse ele que outros poderiam escrever a história do *Distrito do Rio das Mortes* (...) que ele ia escrever, desde que fosse alguém que “fizesse papel no mesmo teatro”. Poderia ser suplantado na elegância do estilo, mas não seriam histórias *mais verdadeiras* do que a dele, certamente porque ele estava lá, onde os fatos aconteceram. Viu os acontecidos como espectador e deles participou como ator importante.

Não poderia imaginar, no entanto, que existiam documentos elaborados por testemunhas presenciais do *Descobrimento*, documentos, que, uma vez publicados, viriam comprometer a veracidade da sua narrativa, pelo menos, a veracidade dos referidos trechos.

Pero Vaz de Caminha bateu na mesma tecla e assim começou sua Carta:

Senhor, posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim outros capitães escrevam a Vossa Alteza notícia do achamento desta Vossa terra nova (...) Todavia tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual bem certo creia que, para aformosentar nem enfear, aqui não há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu. (Grifo nosso)

Igualmente porque ele estava na condição de testemunha presencial dos fatos acontecidos, deveria obter crédito nas suas palavras.

Não queremos dizer que a *Carta de Caminha* seja a expressão da verdade absoluta e total (quanta coisa Pero Vaz não disse e quanta coisa não acontecida disse por conveniência?). Simplesmente é um documento autêntico, confirmado por outros dois: a *Carta de Mestre João* e a *Relação do Piloto Anônimo*, que, na presente análise e avaliação, está servindo para invalidar outro texto, cujo caráter ficcional aflorou, decorrente do cotejo dos dois escritos.

Se a hipótese da estratégia de poder for razoável, podemos estender esta conjectura, pois quando Alvares de Oliveira escreveu a *História do Distrito do Rio das Mortes* (...), fazia aproximadamente 40 anos que paulistas e emboabas se confrontaram numa sangrenta guerra. É possível que a memória daqueles eventos ainda não se tivesse perdido no arquivo morto da História. As conseqüências dos embates poderiam estar presentes no cotidiano da comunidade, envolvendo questões da posse de terras. É nesse hipotético contexto que Alvares de

Oliveira vivia e talvez, como membro da primeira Câmara da Vila de São João del-Rei, tivesse que ser uma voz acatada. Daí o cultivo de fontes de poder, as quais nem sempre estão na formalidade da investidura dos cargos ocupados.¹⁰

A introdução que o autor faz, na qual oferece “*este papel*” ao *Senhor Doutor Tomaz Roby de Barros Barreto do Rego, Corregedor da Comarca do Rio das Mortes, Ouvidor Geral e Juiz dos Feitos da Coroa, Superintendente das Terras e Águas Minerais, Provedor dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos e Auditor da Gente de Guerra*, após prolongados elogios à pomposa autoridade, manifesta que seu escrito foi uma encomenda, pois, antes do fecho, escreveu:

(...) seja-me desculpada a negligência da demora, atendendo aos anos que conto, porque em semelhante idade tudo é melancólico, nada sangue e todo pituita, nada bilia.(Grifo nosso).

Não fosse um pedido, não haveria razão para *negligência da demora*.

Parece-nos que o autor se sentia idoso e, se escreveu seu texto, digamos, em 1750-51, conforme observou Taunay¹¹, se em 1709-10 participara do confronto entre paulistas e emboabas, e, se naquela época contasse com seus, digamos, 30 anos, conclui-se que, em 1750, estaria com 70 anos, pouco mais ou menos.

Conjectura nº 2

¹⁰ Sem citar as fontes, CINTRA (1982) menciona:

- Em 9/12/1713, foi eleito procurador da primeira Câmara da Vila de S. João del-Rei, criada e ereta no dia anterior pelo Governador D. Braz Baltazar da Silveira.
 - Em 31/12/1714, assinou com o Senado da Câmara a concessão de terras a Ambrósio Caldeira Brant.
 - Em fev. 1716 foi lançado pelo imposto do quinto, como morador na Vila e possuidor de cinco escravos.
 - Em 06/02/1719, O Sargento-mor José Álvares de Oliveira, juiz ordinário mais velho, procede à medição e demarcação do termo da Vila de S. José (atual Cid. de Tiradentes), atendendo à determinação do ouvidor geral Valério da Costa Gouvea, (...) Nascido em Portugal, foi um dos primeiros moradores do Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, hoje S. João del-Rei.(...)
- Em 03/07/1719, assina representação como membro do Senado da Câmara.
- Em 06/08/1720, recebe agradecimentos (através de carta) do Conde de Assumar, juntamente com outros, pelo fato de ter oferecido escravos para defender o governo na sedição militar de Vila Rica.
 - Em 30 /10/1751, A Câmara elege o Cap. José Álvares de Oliveira para servir o cargo de fiscal da Real Casa de Fundação da Vila de S. João del-Rei. Alegando moléstias e “pelos muitos anos que tinha” pediu dispensa do exercício do cargo. (...)

¹¹ Foi a *História do distrito do Rio das Mortes composta depois do falecimento de Dom João V, a 31 de Julho de 1750. E como haja sido dedicada ao Dr. Tomaz Roby de Barros Barreto do Rego, “Meritíssimo Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes”, (o décimo ouvidor da comarca de 1747 a 1751), temos o período da confecção da monografia bem enquadrado cronologicamente.*

Parece-nos que Jozeph Alvares de Oliveira não era um rude e ignorante garimpeiro do ouro que se estabeleceu nas Minas do século XVIII. Era um homem que trazia a erudição do seu tempo, pois notam-se, no seu escrito, sinais de gente instruída. O fim do último parágrafo transcrito pode ser um dito da moda, ou uma citação, da qual desconhecemos a origem, ou uma alusão à *Teoria dos Humores*. Parece-nos que onde está escrito *todo pituita* deveria ser *tudo pituíta*.¹² Enfim, faz sentido, conforme à *Teoria*, quando o autor diz *porque em semelhante idade tudo é melancólico, nada sangue, tudo pituita, nada bília*. Em outras palavras, quer dizer, na velhice, só se espera o desequilíbrio dos humores. No segundo parágrafo, quando escreveu que o Corregedor da Comarca empunhava *a vara de Nêmesis* e que *pendia a balança de Têmis*, são indícios de que ou conhecia, de pronto, as personagens da mitologia ou então era capaz de recorrer a alguma fonte para compor o seu discurso com propriedade.

No terceiro parágrafo, do qual já citamos o trecho em que mencionava a possibilidade de ser encontrada outra pessoa que escrevesse sobre os mesmos acontecimentos dos quais ele iria tratar na *História do distrito do Rio das Mortes*, aparece um verbo que causou um (*sic*) de quem transcreveu o texto: *invinir*.

Com efeito, *invinir* ou *invenir* não constam do atual *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, nem no *Vocabulario Portuguez & Latino*, (1712), de Bluteau, obra contemporânea de Alvares de Oliveira.

Não será *invinir* (*invenir*) uma tradução de *invenire*, que não passou ao vernáculo? Com efeito, encontra-se em RAVIZZA, (1958, p.130): *Invenio, invenis, inveni, inventum, invenire, achar (...)*; e confirma SARAIVA: *Invenio, is, veni, ventum, venire, v.trans. 1º achar, encontrar, descobrir (...)*, que calha perfeitamente no texto: “(...) não duvido que podesse achar, encontrar, descobrir sujeito que por fazer papel no mesmo teatro(...)”.

SARAIVA ainda registra mais cinco significados de *invenire*, sendo que o segundo — “2º Fig. imaginar, inventar” — é o que se prestou como substrato etimológico de *inventar* e correlatos.

O espanhol registra nos seus dicionários o verbo *invenir*, no sentido de *encontrar, achar, descobrir, inventar* (MOLINER, 1966; D’ALBUQUERQUE, 1991) e usa a palavra em textos contemporâneos como abaixo se vê:

(...) La maquina aquella, tiritona y fiel, captó también unos paseos en carreta junto al verdinoso estero de Lo Abarca. En aquella aldea apretujada por los cerros costinos, Joaquín Luco fue "invenidor". Lo llamo así derivando del verbo *invenir* que el

¹² Há uma vasta literatura sobre a *Teoria dos Humores*, que remonta às medicinas de Hipócrates e Galeno, de onde se extrai o ensinamento de que os humores eram quatro: sangue, pituíta (fleuma ou catarro), bile amarela e bile negra (atrabile ou melancolia). Vide o interessante trabalho de Tânia Andrade Lima, *Humores e Odores: Ordem Corporal e Ordem Social no Rio de Janeiro, Século XIX*.

actual diccionario define como "hallar o descubrir". Así como la etimología latina de *invenire* también lo indica. Él no inventaba a Lo Abarca, lo invenía. (...)¹³

É possível que no século XVIII se usasse o verbo *invenir* [*invinir*, por causa da escrita fonética lusitana, como em *nomiação* (nomeação), *amiassando* (ameaçando)] no seu sentido primeiro, — achar, encontrar, descobrir —, mas a dinâmica da língua se encarregou de extingui-lo. Talvez não fosse um uso generalizado da época, mas um latinismo (o que pressupõe saber o latim), conforme observa SAID ALI (1964), a respeito de *dizeres quinhentistas* que também há muito desapareceram e não pertencem à língua que se fala e que se escreve hoje.

Observamos que nos falares interioranos de Minas Gerais, onde o repertório verbal era mais estável (antes da televisão), ouvia-se com frequência o prefixo “in”, antecedendo o verbo *vir*, no sentido de aparecer: *invinha*, *inveio*. Não seria isso um vestígio de *in-venire* e não um vício de linguagem, um barbarismo como condenavam os urbanos que se julgavam donos da fala culta e correta?

No mesmo parágrafo, já transcrito e onde se acha o verbo *invinir*, encontramos a palavra *aristarcos*. Aristarco como substantivo comum, encontra-se dicionarizado, equivalendo a “*crítico ou censor severo, mas judicioso*”. A origem da palavra está em Aristarco de Samotrácia, gramático e crítico grego, cuja datação, segundo Houaiss (2001) e Cunha (1982) é de 1627, século XVII, e não em Aristarco de Samos, o astrônomo grego, que inspirou Raul Pompéia em batizar sua personagem nas páginas de *O Ateneu*. Como a datação da palavra, no sentido em que foi empregada, é bem anterior a Alvares de Oliveira, conclui-se que o autor apenas a usou devidamente.

Quanto ao texto sobre o *Descobrimento* claro está que o autor era familiarizado com as rubricas de marinha. Como já dissemos, poderia ter sido marinheiro antes de se estabelecer nas Minas ou, se português do litoral, poderia ter convivido com os empreendimentos das navegações portuguesas e apropriou-se do linguajar náutico.

No caso de nem uma coisa nem outra, não se pode negar-lhe o mérito de ficcionista competente que sabia buscar nas fontes disponíveis as palavras adequadas para compor seu texto. Assim fez Guimarães Rosa (2001), que era médico de formação, e escreveu *A simples e exata estória do burrinho do Comandante*, um conto que, para ser escrito, certamente demandou o inteirar-se do linguajar de marinha com detalhes bastante acurados, usando expressões que nem os dicionários comuns dão conta, como no caso de: “Posso dizer que passei a noite a pé de galo.” O *Aurélio* registra:

A pé de galo.

1. Marinh. Diz-se da amarra da âncora quando se encontra em

¹³ Joaquín Allende L. *Joaquín Luco Valenzuela (líneas para um perfil arbóreo silvestre)*. In: Revista de Estudios Médicos e Humanísticos. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, Vol., nº 7, nº 7, s.d..

posição vertical, antes de a âncora desunhar do fundo.

2. Bras. Mar. G. Diz-se do serviço feito inteiramente de pé, sem que o que o faz se sente ou se ampare em nenhum encosto, em momento algum.

Entretanto, quem conviveu em ambientes de marinha sabe que *a pé de galo* também significa *ficar acordado* (quando é hora de dormir), e foi neste sentido que Guimarães Rosa empregou a expressão e não no sentido (nº 2) que está no dicionário:

Subi um tempo ao passadiço, para me reconciliar com os espíritos da brisa, abandonar-me aos meus próprios meios. Daí, desci ao camarim de navegação, remexi em minha mesa, nas tabelas e cartas; com uma garrafa de água mineral, tomei duas aspirinas. Sentado e vestido, após, a cara à banda, cochilei escassamente. Posso dizer que passei a noite a pé de galo.

Há outros indícios no texto total de Álvares de Oliveira que comprovam o que afirmamos no início desta conjectura, contudo não nos deteremos neles, para não ultrapassar as delimitações da essência deste trabalho.

Documentação

Comprovadamente, pouco se sabe sobre Jozeph Alvares de Oliveira. Conseguimos o documento que se relaciona a sua pessoa: o termo de compromisso, lançado em 1º de abril de 1718, na Irmandade do Santíssimo Sacramento, registrado no *Livro das Entradas dos Irmãos Elejçois* – Vol. I -1714-1830, do acervo eclesiástico de São João del-Rei, onde consta sua assinatura (Vide Documento 1 – Detalhe, e sua respectiva transcrição).

No mesmo livro há uma composição da Mesa da referida Irmandade, onde consta o nome de Jozeph Álvares de Oliveira como mesário (Vide Documento 2).

Se na nota 7, conforme informa CINTRA (1982), sem citar a fonte, em fevereiro de 1716, Alvares de Oliveira *foi lançado pelo imposto do quinto, como morador na Vila e possuidor de cinco escravos*, é de se supor que fosse um homem de posses e, portanto, deveria haver testamento seu ou inventário, porém no acervo cartorial do Museu Regional de São João del-Rei, nada consta. Como vigorava a *Lei da Alternativa* é possível que o inventário tivesse tramitado no Tribunal Eclesiástico e, então, o processo estaria arquivado em outro acervo¹⁴.

O primeiro livro da Câmara de São João del-Rei não se encontra na Biblioteca Municipal Batista Caetano de Almeida.

¹⁴ A *Lei da Alternativa* estabelecia que conforme o mês de falecimento de uma pessoa, o processo de abertura de testamento e o inventário dos bens correriam, nos meses ímpares, no Tribunal Eclesiástico e nos meses pares, na Justiça da Coroa. [Vide *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano*, em 12 de junho de 1707, editadas em Lisboa (1756)]. Vide também RODRIGUES (2005).

Deve estar em algum lugar (se é que ainda está) como acontece com muitos outros documentos que foram subtraídos da cidade e nunca mais voltaram. Num desses lugares Diogo de Vasconcelos deve ter lido a composição da primeira constituição da Câmara de São João del-Rei e registrou na nota 4 da página 310 de sua *História Antiga de Minas Gerais*:

A eleição da Câmara de São João teve lugar a 9 de dezembro, sendo eleitos juizes: Pedro de Moraes Raposo e Ambrósio Caldeira Brant, vereadores: Francisco Pereira da Costa, Miguel Marques da Cunha, Pedro Silva; e Procurador José Alves de Oliveira. (Grifo nosso).

Equívocou-se o ilustre historiador, conforme já observara Taunay, pois, é provável, que o nome estivesse escrito com a abreviatura *Alz*, que tanto serve para Alves como para Alvares. Sabemos que é Alvares como se verifica na sua própria assinatura estampada no Documento 1.

DOCUMENTAÇÃO

A PÁGINA DE ROSTO



DOCUMENTO 1 — PÁGINA INTEIRA

1718

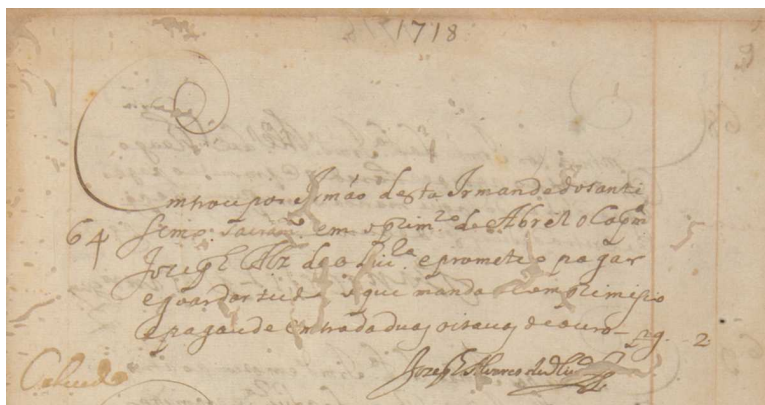
64 mtrou por Jmáo desta Armada de S. Antonio
femo. Jmáo em 22 de Maio de 1718 e o Cabo
João de Alcaide e prometeo pagar
e guardar tudo o que manda o Comandante
e pagar de entrada duas oitavas de ouro pag. 2
Cobrado
João de Alcaide

65 mtrou por Jmáo desta Armada de S. Antonio
femo. Jmáo em 22 de Maio de 1718 e o Cabo
João de Alcaide e prometeo pagar
e guardar tudo o que manda o Comandante
e pagar de entrada duas oitavas de ouro pag. 2
Cobrado
João de Alcaide

66 mtrou por Jmáo desta Armada de S. Antonio
femo. Jmáo em 22 de Maio de 1718 e o Cabo
João de Alcaide e prometeo pagar
e guardar tudo o que manda o Comandante
e pagar de entrada duas oitavas de ouro pag. 2
Cobrado
João de Alcaide

67 mtrou por Jmáo desta Armada de S. Antonio
femo. Jmáo em 22 de Maio de 1718 e o Cabo
João de Alcaide e prometeo pagar
e guardar tudo o que manda o Comandante
e pagar de entrada duas oitavas de ouro pag. 2
Cobrado
João de Alcaide

DOCUMENTO 1 — DETALHE



TRANSCRIÇÃO

- (1) Entrou por Irmão desta Irmandade do Santi
- (2) 64 ssimo Sacram.^{to} em o prim.^o de Abril o Cap^m
- (3) Jozeph Alz de Oliv.^{ra} e promete pagar
- (4) e goardar tudo o que manda {o} compromissio
- (5) e pagou de entrada duas oitavas de ouro – pg 2
Jozeph Alvares de Oliveira

Irmande = Irmandade

Sacram.^{to} = Sacramento

prim.^o = primeiro

Cap^m = Capitão

Alz = Alvares

{o} leitura presumida (papel danificado).

pg – 2 = página 2 (Do Livro de Contas Correntes, onde se poderia verificar quanto tempo o Irmão pagou suas anuidades. O referido livro não está disponível. Desapareceu ou se perdeu.

64 = sexagésimo quarto registro (De 1718).

TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO 2


1717 P.^a 1718

Eleição do Prov.^{or} (Provedor) e mais Off^{es} (Oficiais) que
(hão de servir nesta Irmd.^c (Irmandade) do Sm.^o (Santíssimo)
sacram.^{to} (Sacramento) nesta Freguezia de N. Sr^a (Senhora)
do Pilar este anno de 1717 P.^a (Para) o d 1718

Prov. ^{or} (Provedor)	Manoel Martins de Mello
Escrivão	Mathias Golçalves Moynhoz
Thezr. ^o (Tesoureiro)	Domingos Francisco Pedroza
Proc. ^{or} (Procurador)	Manoel Francisco Leytao

Irmãos de Meza

João Caldeyra Brantez
O Alfer (Alferes) Antônio de Amaral da Fonseca
O C (Capitão) Pedro da Sylva
Alfer (Alferes) João Francisco
O C (Capitão) Raphael Gomes Amaral
O Sarg.^{to} (Sargento) M (Mor) João Andre de Matos
Matheus Francisco Pedrozo
O C (Capitão) Mor Antonio Fernandes Chaves
O Alf. (Alferes) Luis de Matos
Manoel Gonçalves Moynhoz
Amador Castanho
João Ribeiro da Costa
Jozeph Alvares de Oliveira
P^{dor} (Procurador) Ignacio Francisco Torrez
Joachim de Payva
João Lopes Zedes



TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO 2 VERSO

Antonio Borges de Souza
Manoel de S. (São) Tiago
João e Barros de Oliveira
Manoel Esteves da Cruz
o Alfes (Alferes) Pedro Rodrigues
Paulo Rodrigues

Andadores

Francisco Moreira
Manoel dos Santos Coelho

Mordomos por devoção

Bento Formantier
João Francisco
Antonio Cazado Jacome
Hieronymo Martins
Antonio da Costa
Clemente Gonçalves
Miguel Leite

Termo de aceitação dos
Irmãos e mais Irmãos de Meza

Dizemos nos abaixo asignados que

DOCUMENTO 2 — VERSO

Jos. Borges de Souza
Al. del. Trigo
~~Al. del. Trigo~~
João da Barra de Catulá
Al. del. Trigo
Al. del. Pedro Boid
Paulo Boid

Andrez

Jos. Moreira
Al. del. Trigo Co. E. S.

Mordomo por devocão

Bento Formanpien
Joaq. Fr.
Al. del. Trigo Jacome
Hieronymo Boid
Al. del. Costa
Al. del. Trigo
Al. del. Leite

Termo de aceitacao do
Al. del. Trigo Boid
Dizemos nos sabidos e legados que

TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO 3

que nos aceitamos os cargos que nos forão impostos
Na Eleição atras e de como os acertamos nos asig
namos villa de S. João de El Rey e Freguezia de No
ssa Senhora do Pilar 20 de {outubro} de 1717 @ (anos)

Manoel Martins de Mello

Mathias Gonçalves Moynhoz

João Francisco Quadros

OBRAS CONSULTADAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: ABL, Fase VII – Julho – Agosto – Setembro de 1996 – Ano II – nº 8.

ALI, M. Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Lisboa, 1712-1721.

BRASIL. *Boletim da Associação Brasileira de Normas Técnicas: Terminologia Naval*. Rio de Janeiro: V.10, Nº 67, mar/abr.1963.

BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Porto: Porto Editora, s.d..

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d..

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

D'ALBUQUERQUE, A. T.. *Dicionário Espanhol-Português*. Belo Horizonte Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991.

ECO, Umberto. *Lector in Fabula; a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. Tradução: Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1979.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUMBOLDT, A. *Quadros da Natureza*; tradução de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1950.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Bertrand & Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1939.

FONSECA, Maurílio M.. *Arte Naval*. Rio de Janeiro: Serviço

Gráfico do IBGE, 1960.

FREITAS, Carlos Vidal de Oliveira. *A Armada de Cabral e a Descoberta do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Olympio de Campos & C., 1900.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

LIMA, Tânia Andrade. *Humores e Odores: Ordem Corporal e Ordem Social no Rio de Janeiro, Século XIX*. Rio de Janeiro: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, II (3): 44-96, Nov. 1995-Fev. 1996.

MARQUES, Olavo Coutinho. *Evoluções e Manobra do Navio: para uso dos alunos da E. Naval e pilotos da Marinha Mercante*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1939.

MOLINER, Maria. *Diccionario de Uso del Espanhol*. Madrid: Gredos, 1966.

OLIVEIRA, Jozeph Alvares de. *História do Distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento de suas minas, casos acontecidos entre paulistas e emboabas e criação de suas vilas*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v.44, 1947. p.367-391.
In: *Origens Históricas de São João del-Rei*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2006.

ORTIZ, José Bernardo. *São Francisco das Chagas de Taubaté*. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1996.

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa desde o Ano de Mil e Quinhentos do seu Descobrimento, até o de Mil e Setecentos e Vinte e Quatro*. Lisboa: Offic. de José Antonio da Silva, 1730.

RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Nº 3; Relatórios Decenais dos Bispos de Mariana enviados à Santa Sé*. Mariana: Editora Dom Viçoso, 2005.

RODRIGUES, José Antonio. *Apontamentos da População, Topographia e Noticias Chronologicas do Municipio da Cidade de S. João del-Rei. Provincia de Minas—Geraes*. São João del-Rei: Typ. de J. A. Rodrigues, 1859. [Esta obra encontra-se disponível no site da Academia de Letras de São João del-Rei: (www.academialetrassjdelrei.org.br), em versões fac-similar, PDF e Word].

ROSA, João Guimarães. *Estas Estórias*. Rio de Janeiro: Nova

Fronteira, 2001.

SARAIVA, F. R. Santos. *Dicionário Latino-Portugues*. Paris: Garnier, s.d..

SÉGUIER, Jayme de. *Dicionário Prático Ilustrado*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, s.d..

TOLEDO, Francisco Eugenio de. *História da Independência do Brasil*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 107, Vol. 161, 1930.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Vária História (Códice Costa Matoso - Número Especial)*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VELLOSO, Herculano. *Ligeiras Memórias sobre a Vila de São José*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

VASCONCELOS, Diogo. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

Observação: os textos da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, a *Carta de Mestre João* e a *Relação do Piloto Anônimo* estão disponíveis em vários sites da *Internet*.
